

GETAP

GRUPO DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS APLICADOS

Assembleia Geral
04 de Dezembro de 2015

AGENDA

- 1. Eleição da Diretoria para biênio 2016-2017**
- 2. Wrap-Up dos principais projetos e resultados de 2015**
- 3. Status das Pesquisas de ICMS e de Contencioso**
- 4. Novos Projetos para deliberação / ratificação:**
 - BEPS - Implementação dos planos de ação
 - MP 685/15 - Nova Declaração (?) para 2016
 - EC 87/15 – Status e Próximos passos

Eleição da Diretoria 2016-2017

- **Eleição Diretoria- Biênio 2016/2017: 1ª Assembleia de 2016**
 - Art. 21. Mandato é de 2 anos, permitida a reeleição (7 diretores)
 - § 1º. Prevê a substituição de, pelo menos, 1/3 dos diretores a cada novo mandato, exceto se a Assembleia deliberar pela reeleição da atual diretoria.
 - ❖ **Associados interessados – manifestação até Dez-2015.**

Wrap-Up & Resultados de 2015

Comissão de Tributos Diretos

TEMA	ATUAÇÃO	STATUS / AÇÃO	RESULTADO	2016
DIVIDENDOS e JCP	Congresso: Comissão Mista Câmara: CFT e CCJC Senado: CAE e CCJ Executivo: RFB	Apresentação de emendas e suporte técnico aos parlamentares envolvidos - 7 MPs e 5 PLs. Interface com a RFB para discussão do tema	Até o momento, exceção à MP 694/2015, a revogação do JCP e a tributação dos dividendos não foram incluídas	SIM
LEI 12.973/2014 - TBU	Executivo: RFB	Endereçamento de temas a serem esclarecidos e/ou normatizados em complementação a Lei 12.973/14 e IN 1.520/14	Pendente de resposta da RFB	SIM
PERGUNTAS E RESPOSTAS - TBU	Executivo: RFB	Endereçamento de temas no modelo de perguntas e respostas para esclarecimentos de dúvidas dos contribuintes sobre a aplicação da Lei 12.973/14 e IN 1.520/14	Pendente de resposta da RFB	SIM
LEI 12.973/2014 - RTT	Executivo: RFB	Endereçamento de temas a serem esclarecidos e/ou normatizados em complementação a Lei 12.973/14 e IN 1.515/14	Pendente de resposta da RFB	SIM
PERGUNTAS E RESPOSTAS - RTT	Executivo: RFB	Endereçamento de temas no modelo de perguntas e respostas para esclarecimentos de dúvidas dos contribuintes sobre a aplicação da Lei 12.973/14 e IN 1.515/14	Pendente de finalização	SIM
LIVRO GETAP - LEI 12.973/2014	Nacional	Consolidar os principais temas relativos ao novo regime de tributação com a extinção do RTT	Livro Lançado Redução de litígios Fisco vs Contribuinte Pendente - Distribuição no CARF	SIM

Wrap-Up & Resultados de 2015

Comissão de Tributos Indiretos

TEMA	ATUAÇÃO	STATUS / AÇÃO	RESULTADO	2016
PESQUISA DE COMPLIANCE ESTADUAL	Executivo: RFB e CONFAZ	Fase de consolidação das respostas e resultados.	Pendente	SIM
CSS – Nova Contribuição Unificação PIS/COFINS	Executivo: RFB	Endereçamento dos principais pontos de preocupação dos contribuintes com relação a nova contribuição	Entregues todas as análises técnicas relativas ao tema no âmbito da RFB	SIM
Decreto 8.426/2015 PIS/COFINS Variação Cambial - Receita Financeira	Executivo: RFB	Endereçamento dos pontos a serem ajustados no Decreto 8.426/2015	Expedição do Decreto 8.451/2015 (v.c exportação, passivos e hedge)	NÃO
ICMS - CRÉDITO ACUMULADO	Senado: CAE e CCJ Câmara: CFT e CCJC Executivo: RFB e CONFAZ	Apresentação de soluções para evitar e/ou reduzir créditos acumulados	Difusão da importância do tema para ser equacionado pelo Legislativo e Executivo durante ou após a Reforma	SIM
ICMS - REFORMA	Senado: CAE e CCJ Câmara: CFT e CCJC Executivo: RFB Judiciário: STF (PSV 69)	Acompanhamento de todos os projetos de lei e resoluções do Senado e Câmara que tratam da questão	Pendente de andamento legislativo	SIM
ISS - REFORMA DA LC 116	Senado: CAE e CCJ Câmara: CFT e CCJC Executivo: MCT e CONFAZ	Endereçamento de temas a serem solucionados na redação do projeto legislativo	Solucionada a conceituação de exportação de serviços. Demais temas não foram acatados	SIM
BLOCO K, SPED e ECF	Executivo: RFB e CONFAZ SEFAZ/SP	Endereçamento dos problemas de implementação do bloco K (layout, sigilo comercial e <i>timing</i>)	Escalonamento da vigência. dos CNAE's sujeitos à obrigação. Possível ação judicial	SIM

Wrap-Up & Resultados de 2015

Comissão de Assuntos Jurídicos

TEMA	ATUAÇÃO	STATUS / AÇÃO	RESULTADO	2016
LEI DE EXECUÇÕES FISCAIS	Câmara: Comissão da Dívida Ativa Senado: Comissão dos Juristas da Desburocratização Executivo: PGFN	Proposta de Nova Redação da LEF a partir do texto da PGFN	Pendente de andamento legislativo	SIM
PESQUISA DE CONTENCIOSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO	Câmara: Comissão da Dívida Ativa Senado: Comissão dos Juristas da Desburocratização Executivo: PGFN	Fase de consolidação das respostas e resultados.	Pendente de andamento legislativo	SIM
SEGURO GARANTIA	Executivo: PGEs de 8 Estados e PGFN Judiciário: TRF 3ª e 4ª Região	Contínua difusão do tema - Cartilha FENSEG para distribuição	Difusão e Solução de Dúvidas - aceitação e substituição da carta de fiança na várias esferas	SIM
CND E COMPENSAÇÃO	Executivo: RFB, PGFN e PGE/SP	Propostas entregues aos entes - sem apreciação	Pendente de resposta pela RFB	SIM
CARF Regimento Interno	Executivo: RFB	Apresentação de emendas em Consulta Pública e conselheiros para CNI	De 10 emendas 5 foram acatadas	NÃO
Zelottes PLs 543/2015 e 544/2015 Vinculação de ato normativo e perda de efeito suspensivo do recurso	Senado: CCJ	Distribuição de Paper para os Relatores	Parecer pela rejeição do PL 544/2015	SIM
PEC 112/2015 Tribunal Judicial Tributário	Senado: CCJ	Fase de estudos de impacto	Pendente	SIM

Wrap-Up & Resultados de 2015

Comissão de Assuntos Jurídicos

TEMA	ATUAÇÃO	STATUS / AÇÃO	RESULTADO	2016
LEADING PIS/COFINS INSUMOS	Judiciário: STJ e STF	Distribuição dos pareceres técnicos	1x0 - Napoleão	SIM
CONSOLIDAÇÃO REFIS - LEI 12.996/14	Executivo: RFB	Interface com a RFB para solução de dúvidas dos associados	Redução de litígios Fisco vs Contribuinte	NÃO
MPs 685/2015 e 692/2015 PRORELIT	Congresso: Comissão Mista Executivo: RFB	Apresentação de emendas e suporte técnico aos parlamentares envolvidos e na RFB	Redução de litígios Fisco vs Contribuinte Postergação do pagamento e em parcelas	NÃO
DECLARAÇÃO DE PLANEJAMENTO (DIOR)	Congresso: Comissão Mista Executivo: RFB	Apresentação de emendas e suporte técnico aos parlamentares envolvidos e na RFB	Supressão dos artigos indesejados	SIM
PLS 537 e 97/2013 REGULAMENTAÇÃO DA NORMA ANTIELISÃO	Senado: CCJ e CAE Executivo: RFB	Fase de estudos de impacto	Pendente	SIM
CODECON	Senado: CAE	Apresentação de emendas e suporte técnico aos parlamentares.	A maioria das propostas foram acatadas parecer CAE favorável	SIM
PARECER PGFN 547/2015	Executivo: RFB e PGFN	Interface com a RFB e PGFN para solução de dúvidas dos associados	Compreensão dos termos do parecer e alinhamento com associados	NÃO

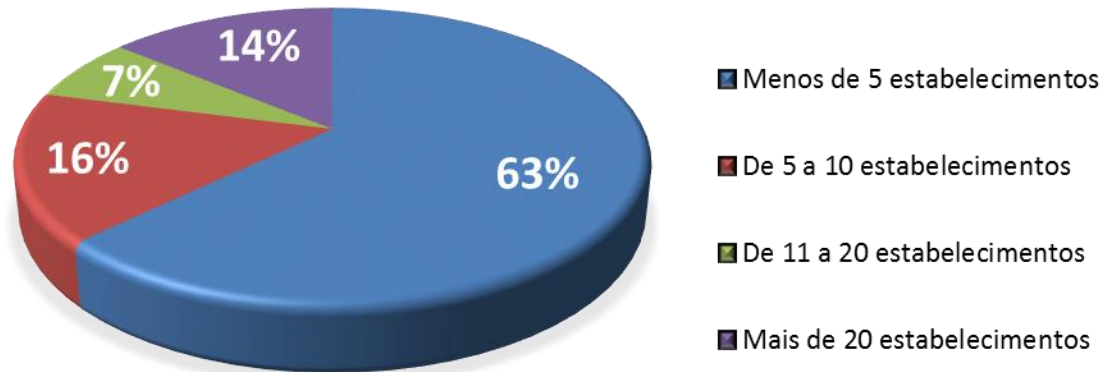
Pesquisas de ICMS & Contencioso

Status em 30/11

ICMS

- 43 empresas participantes

PERFIL DA PARTICIPAÇÃO

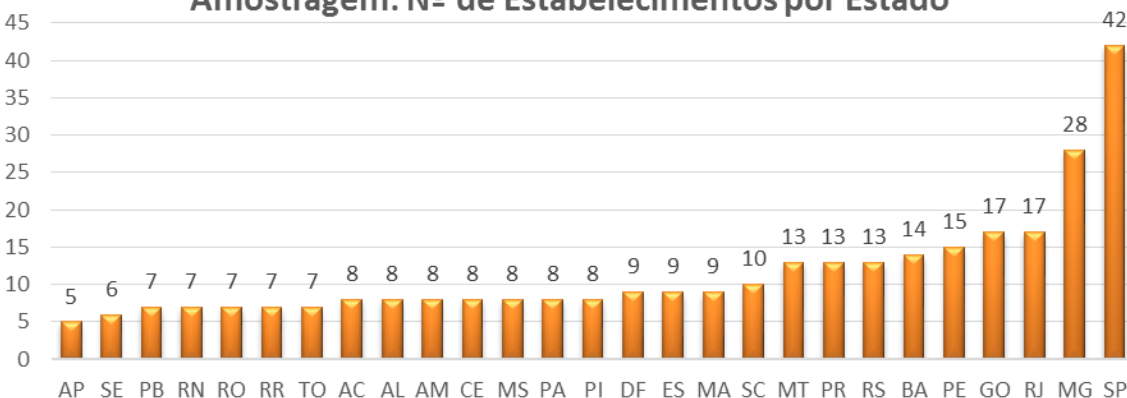


CONTENCIOSO

- 36 empresas participantes



Amostragem: Nº de Estabelecimentos por Estado



Próximos Passos:

- **Dez-2015:** Resolução de pendências e fechamento dos questionários.
- **Jan-2016:** Análise e extração de resultados.
- **Previsão de conclusão: 1ºQ 2016**

B.E.P.S.

- **Out/15: OCDE** - 15 planos de ação em discussão no B.E.P.S.
- **Próximos passos:**
 - 2016:** Continuidade de alguns temas: Ações 6, 7 e 14 – *on going*
Assinatura do Instrumento Multilateral – Dez
Criação de Critérios para monitoramento – Dez
- **GETAP - Algumas preocupações:**
 - Normas anti elisão e declaração de planejamento;
 - Instrumentos híbridos, Tributação de Dividendos e Dedutibilidade do JCP;
 - Relatórios e Documentos de Transfer Price;
 - Estabelecimento Permanente;
 - Abuso de Tratados, CFC Rules, entre outros.
- **Proposta GETAP:** RFB priorização de temas em foco (Dez-15 Reunião).
Grupo de trabalho associados/conselheiros.
Jan/Fev 2016: definição de temas e cronograma de trabalho.

MP 685/15: Declaração de Planejamento Tributário

- **MP 685/15**: art. 7 a 11 removidos do texto inicial.
 - **Jul/15: Estratégia GETAP**: supressão total ou obrigação facultativa, com ajustes (multa, crime, consulta etc.)
 - **Nov/15: Conferência CNI / BIAC B.E.P.S.**
 - RFB: “ vai apresentar o tema novamente”
 - BEPS: Action 12 - Mandatory Disclosure Rules
 - ❖ **P.P. Atuação GETAP**: antecipamos e preparamos uma proposta?
esperamos novo texto para atuação no CN?
- Outras Associações:** **Fiesp**: montou grupo de trabalho
- CNI**: esperar
- Febraban**: esperar
- CCIF e NEF**: esperar

EC 87/2015 e Convênio 93/2015

ICMS – “Comércio Eletrônico”

- **EC 87/2015**: em vigor à partir de 01/01/2016
 - **Bens destinados a consumidor final, contribuinte ou não, localizado em outro Estado:**
 - Estado de origem: Alíquota interestadual.
 - Estado de destino: DIFAL (Alíquota interna destino – Alíquota interestadual).
 - **Responsabilidade do recolhimento:**
 - Destinatário: quando contribuinte.
 - Remetente: quando destinatário não contribuinte.
 - **Transição**: DIFAL partilhado entre origem e destino:

Estado	2016	2017	2018	2019 em diante
Origem	60%	40%	20%	0%
Destino	40%	60%	80%	100%

EC 87/2015 e Convênio 93/2015

ICMS – “Comércio Eletrônico”

➤ Convênio 93/2015:

- **Adicional para Fundo de Combate à Pobreza:**
 - Deve ser considerado no cálculo do DIFAL.
 - Recolhimento integral para o Estado de destino.
- **Limitação do crédito ao débito do imposto do Estado de origem.**
- **Recolhimento do DIFAL:**
 - Estado de destino:
 - Por operação (GNRE ou equivalente para cada NF).
 - Por apuração mensal (inscrição no Estado de destino – dispensado se já possuir inscrição ST).
 - Estado de origem: Pode ser exigido recolhimento em separado.
- **Fiscalização:**
 - UF de destino: necessidade de credenciamento prévio na UF de origem, exceto se não houver presença física da autoridade fiscal.

EC 87/2015 e Convênio 93/2015

Pontos Críticos

➤ Pontos críticos:

- **Cálculo do ICMS (DIFAL) para a formação de preço:** conflito entre EC 87/2015 e Convênio 93/2015.
- **Potencial aumento de Créditos Acumulados**
- **Possibilidade de aumento da carga tributária:**
 - Alíquotas internas, reduções de BC e isenções diferentes entre os Estados para um mesmo produto.
 - DIFAL sobre a alíquota nominal e não a efetiva (Ex: redução de BC).
 - Alíquota interna menor que alíquota interestadual: Falta de previsão.
- **Substituído equiparado a Substituto Tributário:**
 - Maior desembolso de caixa.
 - Aumento nos pedidos de ressarcimento de ICMS-ST retido anteriormente (Ex: atacadistas).
- **Operações presenciais com não contribuintes residentes em outra UF:** Local do fato gerador.
- **Cancelamentos, retornos ou devoluções:** restituição do DIFAL Destino e ICMS-ST.
- **DIFAL Origem no AM:** Incentivado pela SUFRAMA?

EC 87/2015 e Convênio 93/2015

Propostas

Atuação GETAP

1. **COTEPE /CONFAZ** : esclarecimento/soluções propostas para evitar créditos acumulados prazo de vigência (postergação)
2. **SEFAZ SP**: encaminhamento dos pontos críticos para esclarecimentos/normatização - ok

❖ 29/out: Comissão de Tributos Indiretos

Propostas para simplificação e para evitar créditos acumulados:

- Apuração do DIFAL Origem na apuração do ICMS próprio (Conta gráfica).
- Apuração do DIFAL Destino na apuração do ICMS-ST.
- Utilização das obrigações acessórias já existentes: EFD e/ou GIA-ST.
- Definição padronizada do conceito de Não-Contribuinte.
- Menores exigências para concessão de "IE Destino" (Ex: volume de operações).
- Publicação de ato do CONFAZ com as alíquotas internas dos produtos de cada Estado.

ECF 2015/2016 Prazo de Entrega

- IN 1594, de 03.12.2015 : Prazo de entrega da ECD: **31/05**
- IN 1595, de 03.12.2015 : Prazo de entrega da ECF : **30/06**

Prazo de 1 mês entre as duas !!!!